

# EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS  
na Universidade de  
Brasília (2017-2018)

**Volume 2: Mediações**

**Organização:**

Alexandre Simões Pilati  
Cynthia Bisinoto  
Leila D'Arc de Souza  
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



**UnB**



**Universidade de Brasília**

**Reitora**  
**Vice-Reitor**

Márcia Abrahão Moura  
Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora**

Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial**

Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Flávia Millena Biroli Tokarski  
Izabela Costa Brochado  
Jorge Madeira Nogueira  
Maria Lidia Bueno Fernandes  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
Verônica Moreira Amado

# EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS  
na Universidade de  
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



**UnB**

**Coordenadora de produção editorial**  
**Diagramação**

**Equipe editorial**

Luciana Lins Camello Galvão  
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília  
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação poderá ser armazenada ou  
reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na  
Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /  
organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :  
Editora Universidade de Brasília, 2020.  
2 v.

Formato PDF.

v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.

ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)

ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.  
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

---

# SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA  
INICIATIVA EPDS**

*Natalia de Souza Duarte*

**APRESENTAÇÃO**

*Silvia Cristina Yannoulas  
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO  
DOS DOCENTES E  
DAS ESTUDANTES  
BENEFICIÁRIAS  
DO PBF ACERCA  
DOS FENÔMENOS  
DA POBREZA E  
DESIGUALDADE SOCIAL  
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:  
RELAÇÃO TEORIA E  
PRÁTICA NO ÂMBITO DO  
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito  
Rafael de Melo Monteiro  
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À  
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques  
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,  
POBREZA E  
DESIGUALDADE  
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro  
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:  
CONSCIÊNCIA CRÍTICA  
SOBRE OS MITOS E A  
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar  
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES  
ENTRE CIDADANIA,  
POBREZA, EDUCAÇÃO  
E PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves  
Fábia Carvalho de Oliveira  
Samir Almeida Santos*

155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS  
DESIGUALDADES SOCIAIS:  
INTERVENÇÃO JUNTO  
ÀS JUVENTUDES DE  
PERIFERIA DO DISTRITO  
FEDERAL**

*Mariana Ribeiro Gomes Camargos*

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS  
IMPLICAÇÕES NO  
DESLOCAMENTO  
INTERURBANO DIÁRIO  
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia  
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197

**IDENTIDADE PERIFÉRICA**

*Fátima Correia Lopes  
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA  
POBREZA NA  
PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO DOCENTE**

*Rafael Ayan*

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA  
CRIANÇA BENEFICIÁRIA  
DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES  
ESCOLARES: UMA ANÁLISE  
PARA ALÉM DA SALA E DA  
AULA**

**255**

*Danielle Atta*

CAPÍTULO 11

**284** **DESENVOLVIMENTO  
HUMANO, POBREZA  
E DESIGUALDADE  
SOCIAL NA INFÂNCIA  
E ADOLESCÊNCIA**

*Izete Santos do Nascimento*



## CAPÍTULO 2

# ESCRITA CRIATIVA À MODA FRIDA

*Inês Vargas Marques<sup>1</sup>*

*Leila D’Arc de Souza<sup>2</sup>*

Este artigo relata a experiência com a instituição social não governamental Casa Frida por ocasião da realização do Projeto Interventivo – PI, aprovado e referendado como prática avaliativa de finalização do curso de aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social - EPDS Promovido pelo MEC em parceria com a Universidade de Brasília, em sua primeira edição no Distrito Federal. O referido projeto de intervenção de Escrita Criativa à Moda Frida, foi desenvolvido dentro da proposta do curso e em consonância com a linha de trabalho da instituição Casa Frida com público de mulheres pobres que foram vítimas de violência. Os objetivos principais foram fortalecer os vínculos das mulheres vítimas de violência com a Casa Frida e visibilizar suas histórias de vida, a partir do seu registro e ressignificação por meio da escrita criativa; fazer uma reflexão sobre os aspectos sociais que levam à agressão às mulheres;

---

<sup>1</sup> Graduada em Gestão Pública e Letras Português/Literatura., Especialista em Formação Continuada e a Distância e em Psicopedagogia. Atuou como tutora/professora/ supervisora, coordenadora e Conteúdista de EaD, na Escola Da Previdência Social. Atuou como tutora/professora em cursos da UAB/UnB. Atualmente trabalha como mediadora em cursos Da Escola Nacional de Educação.

<sup>2</sup> Mestre em Políticas Pública e Gestão da Educação (UNB), Especialista em Gestão Pública de Gênero e Raça (UNB) Professora aposentada da SEDF trabalhou 25 anos com educação básica e 5 como formadora de formadores/as na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação EAPE. Atuou no curso EPDS como supervisora

dar vida às personagens preexistentes; valorizar as mulheres e suas histórias; oportunizar o contato com a escrita criativa; ressignificar as experiências violentas; visibilizar, em forma de arte literária, as vivências femininas.

A luta das mulheres contra as discriminações e desigualdades econômicas, trabalhistas, políticas e sociais impostas historicamente tem cada vez mais mobilizado os movimentos sociais no sentido da garantia dos direitos e proteção à vida com dignidade. Se, por um lado, as mulheres historicamente vêm alcançando conquistas no nível legal, com a Lei Maria da Penha, e a recente tipificação do crime de feminicídio, por outro lado, aprofunda-se a cultura machista, que aumenta os eventos de violência de todos os tipos. Como aceitar que, em pleno século XXI, as mulheres ganham 76,5% do salário dos homens e que, embora sejam a maioria da população, representam a minoria nos espaços de poder?

O conceito de gênero, no final do século XX, emergiu no contexto da luta política e representa uma das mais importantes conquistas do movimento feminista. Apresenta-se como uma categoria de análise que revoluciona os estudos nas ciências sociais, pois, embora tenha como ponto de partida a diferença entre os sexos, permite a desnaturalização dos papéis sociais atribuídos ao sexo anatômico, separando natureza e cultura. Aborda os aspectos relacionais entre o masculino e o feminino e as hierarquias de poder constituídas culturalmente. (SCOTT,1990).

A relação entre a discriminação de gênero e as relações políticas do Estado historicamente se representa pela repressão às mulheres por regimes autoritários, que as oprimem e atribuem adjetivos femininos aos inimigos para desqualificá-los. Em regimes autoritários, onde o comando do Estado é exercido por homens de concepção sexista, machista, misógina, toda adjetivação feminina é carregada de estereótipos e de depreciações. No caso de Estados democráticos, a ausência do Estado e sua desresponsabilização com as mulheres e com sua proteção também são representações de um poder machista, sexista e desigual. Assim também acontece no Brasil, no nível federal e no Distrito Federal.

A Casa Frida é uma instituição que surge no contexto da ausência do Estado criada por um grupo de mulheres feministas, jovens que se dispõem a constituir uma alternativa civil pública de acolhimento e cuidado às mulheres vítimas de violência e para promoção de atividades culturais. As mulheres atendidas pela Casa Frida são pobres, em sua maioria negras, algumas LGBTI+. A sustentação da casa se dá com base em doações, vaquinhas virtuais e trabalhos voluntários.

As desigualdades sociais impostas ao feminino e às mulheres, nas sociedades capitalistas, somam-se a outras desigualdades, aprofundando a exclusão e a marginalização de alguns grupos sociais que acumulam identidades que são excluídas tais como gênero, raça, orientação sexual e pobreza. Para entender a sobreposição de discriminações, nos referenciamos no conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002).

As mulheres abordadas por nossa intervenção, em alguns casos, foram vítimas de violência doméstica. Nosso trabalho consistiu na escrita criativa combinada com dinâmica elaborada pelas autoras deste artigo, como instrumento de incentivo ao grupo para relatar oralmente e também fazer o registro escrito individual, avançando para a construção de texto criativo coletivo. A dinâmica fluiu como esperado, proporcionou a expressão espontânea de sentimentos, a autoafirmação de identidades, bem como a ressignificação de histórias de violência.

Antes do relato da intervenção e de nossa análise, apresentaremos uma breve reflexão das desigualdades sociais e econômicas de gênero no Brasil, a partir de dados e pesquisas. Depois refletiremos sobre o conceito de gênero e sua historicidade (SCOTT,1990) para compreensão do contexto político tanto no âmbito do Estado quanto da sociedade.

Em seguida, adentramos a realidade do Distrito Federal, a partir dos dados da Secretaria de Segurança Pública do GDF, que mostram um crescimento nos últimos anos da violência doméstica e dos feminicídios na precária estrutura do GDF para enfrentar essa situação e implementar políticas públicas de proteção às mulheres na capital federal. Feitas as devidas contextualizações, passamos

ao histórico da Casa Frida, em seguida ao relato de nosso projeto interventivo de escrita criativa, análise da dinâmica de grupo e das produções escritas das participantes. Dentre as produções das 6 participantes da intervenção, escolhemos 2 produções individuais para analisar, além da produção coletiva, como uma mostra significativa para uma análise qualitativa da triste realidade da violência sofrida pelas mulheres no Brasil, que começa já na infância e está arraigada em nossa cultura, mas que também, nas novas gerações, já dá mostras de criação de resistência e de união de gerações em torno da autodeterminação e do fortalecimento feminista por direito à igualdade.

### **Gênero, pobreza, desigualdade social e violência**

Elegemos o público de mulheres pobres como alvo de nossa intervenção por entendermos que a fragilização das mulheres está associada ao modo capitalista de produção e que elas hoje exercem as formas mais perversas de trabalho precarizado e, ao mesmo tempo, sofrem com a discriminação de gênero. Jessé de Souza tem demonstrado que, nas condições de desigualdades encontradas no seio da sociedade brasileira, encontram-se os reflexos danosos de mais de 300 anos de escravização (SOUZA, 2017). Não por acaso são as mulheres negras o segmento da população mais atingido pela pobreza. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos 50 milhões de brasileiros que vivem na linha de pobreza, as mais pobres são as mulheres negras.

No Brasil, 25,4% da população vivia em situação de pobreza em 2016, de acordo com o critério adotado pelo Banco Mundial, que considera pobre quem ganha menos do que US\$ 5,5 por dia nos países em desenvolvimento. Esse valor equivale a uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 387 por mês, ao considerar a conversão pela paridade de poder de compra. A situação é mais grave entre os 7,4 milhões de moradores de domicílios onde vivem mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos até 14 anos. Desses, 64,0% estavam abaixo dessa faixa de renda.

As informações foram divulgadas hoje pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais (SIS 2017), que faz uma análise estrutural dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

O conceito de pobreza (assim como as estatísticas da pobreza) é muito polêmico. No entanto, é fato que vivemos uma crise econômica mundial marcada por uma forte concentração de renda também sentida no Brasil. Segundo o Relatório da OXFAN – “A distância que nos une”, a concentração de renda no Brasil é alarmante, pois os seis bilionários do país juntos possuem riqueza equivalente à metade da população pobre e os 5% mais ricos recebem por mês o equivalente ao que recebe 95% de toda a população brasileira. Segundo o mesmo relatório, o Brasil é o terceiro país da América Latina que concentra renda no 1% mais rico e segundo dados do último relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, num *ranking* de 140 países sobre desigualdade, o Brasil é o décimo colocado.

No que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres, a situação é gritante. Mesmo tendo maior escolaridade e trabalhando mais, as mulheres seguem ganhando menos que os homens o percentual de 76,5%, em média (IBGE, 2018).

Segundo o IBGE, em 2016 as mulheres trabalhavam em média 3 horas diárias a mais que os homens, considerando trabalho remunerado e cuidados com pessoas da família e com a casa, o que historicamente chamamos de “dupla jornada de trabalho”. Essas três horas diárias implicam 18 horas semanais, o que leva 28,2% das mulheres a buscarem trabalhos parciais contra apenas 14,1% dos homens, exatamente a metade. De onde concluímos que a dupla jornada força a mulher a uma situação de trabalho precarizada. Segundo Souza, as hierarquias são naturalizadas,

Afinal, as classes superiores são as classes do espírito, do conhecimento valorizado, enquanto as classes trabalhadoras são do corpo, do trabalho braçal e muscular que as aproxima dos animais. O homem é percebido como espírito, em oposição às mulheres definidas como afeto. Daí a divisão sexual do trabalho, que relega as mulheres ao trabalho invisibilizado e desvalorizado na casa e no cuidado dos filhos. (SOUZA, 2017, p.18).

Dito de outra forma, a sociedade capitalista só reconhece o trabalho produtivo, mas invisibiliza o trabalho reprodutivo que gera as condições de existência e sobrevivência dos seres humanos. Esse é um trabalho cujo ônus recai sempre sobre as mulheres. A sociedade e o Estado não se responsabilizam por ele e não o valorizam. Desde a atenção com a maternidade, a amamentação, os cuidados com as crianças, com a educação na família, a saúde da família, o lazer da família, os cuidados com a casa. São muitas e pesadas demandas que na maioria das vezes ficam sob a responsabilidade da mulher. Segundo Rodrigues (2010), a economia tradicional sempre ignorou a relação entre o trabalho feito pela mulher no âmbito privado e a economia de mercado, e foi a economia feminista que veio a desvelar essa relação. Ou seja, as mulheres contribuem com a formação da riqueza das nações no trabalho produtivo com remuneração inferior à dos homens e no trabalho reprodutivo de forma gratuita, com trabalho invisibilizado, ou culturalmente naturalizado.

A desigualdade entre homens e mulheres tem uma trajetória histórica expressa por Joan Scott em sua definição de gênero e está ligada à questão do poder nas relações sociais. Segundo essa autora, o centro da definição de gênero se funde nas diferenças físicas percebidas entre os sexos, “O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86). O gênero é uma percepção cultural que envolve um conjunto de representações simbólicas sobre as diferenças sexuais de onde se definem as atribuições e papéis sociais e culturalmente definidos para homens e mulheres. O gênero é uma categoria que permite a análise das representações da cultura sobre os corpos sexuais e a hierarquização de poder que lhe é atribuída socialmente. Contraditoriamente, envolve normatizações e repressões a outras possibilidades de representações metafóricas que fujam da fixidez atemporal da representação binária de oposição entre o masculino e o feminino.

O conceito de gênero dos anos 1980 veio revolucionar os estudos e as pesquisas no campo das ciências sociais proporcionando uma visibilização das mulheres e do gênero, de suas trajetórias históricas, de suas lutas e resistências. Assim constitui-se em importante referencial para entendermos e fortalecermos a realidade da luta das mulheres no curso da história e no cenário atual. A violência contra as mulheres tem raízes históricas e Scott chama atenção para o fato de que

A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não tem sido estudada a fundo. No momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, no momento em que Stalin se apoderou do controle da autoridade, na implementação da política nazista na Alemanha ou no triunfo do Ayatolá Komehini no Irã, em todas essas circunstâncias, os governos emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política e declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho ilegal das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres. (SCOTT,1990, p. 90-91).

A citação anterior nos revela exemplos de violência contra a mulher em que o Estado é o principal agressor. Scott nos traz esses exemplos para ilustrar as relações de poder corporificadas nas diferenças sexuais através das quais o Estado afirma seu poder de força e dominação em uma política de submissão das mulheres.

O Estado brasileiro, com seus quase 400 anos de escravização, por organização e luta incansável dos movimentos feministas apresenta hoje uma avançada legislação de combate à violência contra a mulher como a Lei 11340/06, conhecida como Maria da Penha, que altera o Código Penal e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal e que dispõe sobre a criação dos Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Outro importante avanço foi a sanção, em março de 2015, da Lei 13.104 que alterou o código penal, tipificando o crime

de feminicídio e o caracterizando-o como crime hediondo, quando praticado contra mulheres em razão da condição de ser do sexo feminino. Infelizmente apesar dos avanços legais, a estrutura do Estado não consegue uma efetiva proteção às mulheres pelas instituições públicas que atuam contra a violência doméstica e contra o feminicídio. Assim, o Brasil apresenta dados alarmantes registrados em inúmeras pesquisas, entre as quais destacamos “O Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil”.

Os atendimentos por *violência doméstica, sexual e/ou outras violências* registrados no Sinan, em 2014, encontram-se sintetizados na Tabela 8.1.1. Vemos que, segundo os dados disponíveis, durante esse ano, foram atendidas 223.796 vítimas de diversos tipos de violência. Duas em cada três dessas vítimas de violência (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais e/ou outras. Isto é: a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência sofrida. (Mapa da Violência, 2015, p. 42).

Segundo dados do 12º Anuário da Segurança Pública publicados na Agência Brasil de Comunicação no dia 9/08/2018, em 2017 foram registrados 221.238 casos de violência doméstica, uma média de 606 casos por dia. Os estupro aumentaram 8,4%, chegando a 60.018. Os casos de feminicídios totalizaram 1.133. Também houve crescimento no número de mulheres vítimas de homicídio (6,1%), chegando a 4.539. (Agência Brasil de Comunicação) falta data

De acordo com o Atlas da Violência 2018, separando a população feminina por raça/cor, taxa de homicídios em 2016, a violência é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Nos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve queda de 8%.

No Distrito Federal, embora os índices de violência não estejam entre os mais altos comparado a outras unidades da federação, a situação é de urgência pública. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do GDF- SSPDF,



de janeiro a março de 2018 foram registradas 84 agressões à mulher em Brasília. A maioria das denúncias relativas à Lei Maria da Penha têm origem na Ceilândia, que registrou 20 casos, seguida do Paranoá, de Taguatinga e de Samambaia, com 10 registros cada. Em relação aos feminicídios, a Secretaria de Segurança aponta que o número de casos registrados e de tentativas aumentou entre 2016 e 2017 – de 18 para 63. No ano passado, 19 mulheres foram assassinadas em razão do gênero. Destas, 78% foram mortas dentro da própria casa. As cinco regiões administrativas com maior incidência somaram 63% do total registrado no período de janeiro a dezembro de 2017. É importante registrar que São Sebastião está entre elas.

Apesar destas estatísticas, o Governo do Distrito Federal - GDF dispõe de uma precária estrutura de instituições públicas para atendimento às mulheres vítimas de violência. A principal instituição, no nível do GDF, responsável pela questão é a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) criada pelo Decreto nº 36.832/2015. Neste decreto o governo extinguiu várias outras secretarias fazendo a junção de todas em uma só. Segundo informações que constam no *site* dessa Secretaria, o atendimento à mulher prestado pelo GDF conta com quatro Centros de Acolhimento a Mulheres Vítimas de Violência– CEAMs. Estes centros prestam assistência psicológica e jurídica. O acesso a esse serviço independe de encaminhamento prévio, e o horário de atendimento é de segunda a sexta das 8h às 18h. Um desses quatro centros listados no *site* na Secretaria é a Casa da Mulher Brasileira, que está fechada desde dezembro de 2017 por interdição da defesa civil em razão de problemas na estrutura. Ainda segundo informações do *site* da SEDESTMIDH, o GDF conta com uma única Casa Abrigo como moradia temporária para hospedar mulheres vítimas de violência com risco de morte e seus dependentes. O acesso se dá apenas por encaminhamento da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - (DEAM),

das demais delegacias, da Casa da Mulher Brasileira ou por ordem judicial. O endereço da Casa Abrigo é mantido em sigilo por motivos de segurança.

A estrutura do GDF se mostra ineficiente para atender à demanda de registros de casos de violência contra a mulher que, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do GDF, vêm aumentando nos últimos 6 anos, tanto no que se refere aos vários tipos de violência identificados na Lei Maria da Penha quantos nos casos de feminicídios.

### **Casa Frida: Feminismo, Revolução, Igualdade, Diversidade, Amor**

Diante dessa ausência do Estado no atendimento às mulheres vítimas de violência em todo o Distrito Federal e do abandono das cidades da periferia no que se refere à arte, à cultura e ao lazer, um grupo de mulheres sintonizadas, entre elas a produtora cultural Hellen Cristohyan, Correia Boaventura e a poeta Thibi, tiveram a ideia de criar a Casa Frida, local de nossa intervenção. A Casa fica na região administrativa de São Sebastião. Distante 21 km do centro de Brasília, São Sebastião tem 100.161 habitantes, dos quais 50,25% são mulheres. A cidade conta com precária estrutura de aparelhos públicos disponíveis para o atendimento da comunidade. Na área de educação, são apenas 25 escolas e há um grande déficit de vagas, o que obriga muitas mulheres a buscarem vagas para seus filhos e para elas próprias no Plano Piloto ou no Lago Sul. Conta com uma Vila Olímpica em precárias condições e, na área de saúde, a cidade conta apenas com uma unidade de pronto atendimento (UPA), não tem hospital público e também não tem nenhum espaço público de lazer e cultura.

A instituição Casa Frida foi escolhida para a realização do PI por ser uma instituição que surgiu da iniciativa de mulheres da região administrativa de São Sebastião, periferia de Brasília, com o objetivo de construir um espaço seguro onde as mulheres pudessem pedir ajuda, fazer arte, ter lazer e apoiar umas às outras. Segundo Hellen, em entrevista ao Correio Brasiliense, começou

a chamar às primeiras reuniões em 2014, com as meninas na pista de *skate*, e assim foram organizando os saraus pensando sobre o que podia ser feito, e daí surgiu a ideia do espaço Casa Frida.

Hellen diz que a Casa tem foco na cultura do público feminino, e o nome do espaço tem inspiração óbvia na artista plástica Frida Kahlo<sup>3</sup>, por tudo que ela representou para as mulheres e para o movimento feminista. Mas também é uma sigla dos princípios do espaço: **Feminismo, Revolução, Igualdade, Diversidade, Amor**. “Também temos um lema que é transformar a dor em arte e espalhar amor por toda parte”. Segundo suas idealizadoras e fundadoras, a Casa Frida não tem CNPJ, nem pode ser classificada como uma organização não governamental, pois não aceita doações governamentais ou de empresas, apenas individuais. A casa sobrevive de várias ações como campanha de doação pela internet, venda de doces, bazares, e aceita doações individuais ou de entidades do movimento social.

Por demanda da comunidade, a Casa Frida passou a funcionar 24 horas e iniciou o atendimento com uma assistente social; conta ainda com a ação voluntária de vários profissionais que promovem cursos, palestras, debates, oficinas e terapias como reiki, constelação familiar e roda de autocuidados, gratuitas ou a baixos preços para a comunidade da região. Além disso, acolhe as mulheres vítimas de violência, oferece abrigo, assistência social e jurídica.

A Casa Frida é um espaço feminista de organização de luta, mas também de muito amor, carinho e cuidados e autocuidados, muito na sintonia do movimento

---

<sup>3</sup> Magdalena Carmen Frida Kahlo Calderón, mundialmente conhecida como Frida Kahlo, nasceu em 6 de julho de 1907, em Coyoacán, no México. Frida morreu em 13 de julho de 1954, no México, por embolia pulmonar. Irreverente e sensível desde a infância, foi acometida por poliomielite e aos 18 sofreu um grave acidente. Na infância também viveu a revolução mexicana de 1910. Com uma vida marcada por paixões, dor, sofrimento e perseverança, Frida Kahlo levou ao mundo as cores vibrantes e a energia do povo mexicano em suas roupas, adereços e pinturas e suas famosas saias compridas. Sua pintura ficou marcada por retratar sua própria dor. Embora nunca tenha se declarado feminista, tem sido um referencial para vários grupos e movimentos feministas.

feminista contemporâneo que, sem abandonar suas árduas bandeiras históricas e todas as possíveis formas de luta, vem visibilizando as revolucionárias e exercendo hoje as atitudes e comportamentos que se espera no amanhã de uma nova sociedade justa e sem opressão. Construindo o futuro no presente com muita solidariedade, muita sensibilidade, luta e arte. Um pouco do que essa foto expressa:



Crédito: Helio Montferre/Esp. CB/D. A Press.

As mulheres fundadoras e responsáveis pela Casa Frida, assim como as voluntárias e as atendidas que hora são atendidas hora são voluntárias são todas movidas espontaneamente por um princípio que talvez nem todas conheçam o conceito, mas que tem sido base fundante de muitos movimentos feministas contemporâneos - sororidade – um pacto entre mulheres com dimensões ética e política, uma aliança baseada na empatia e companheirismo. Bem ao contrário das rivalidades pregadas nos contos de fadas e nas novelas televisivas, mulheres feministas se ajudam, se

aliam para superar a desigualdade e misoginia. Tem sido muito usada na internet, seu prefixo sóror vem do latim e significa irmã (Gomes, 2017).

As mulheres público-alvo de nossa intervenção e análise são pobres, a maioria negra, da periferia e estão nas estatísticas da violência doméstica citadas anteriormente. São mulheres que sofrem múltiplas discriminações. As discriminações sobrepostas aumentam a exclusão social e dificultam, em todos os aspectos, o exercício da cidadania. É um cruel processo de desempoderamento, econômico, afetivo e da autoestima. A reconstituição dos direitos humanos universais pressupõe o reconhecimento de suas identidades específicas constituídas por suas diferenças de gênero, de raça e de classe, entre outras. Para Kimberlé Crenshaw, é importante reconhecer as diferenças intragrupos e, para tanto, define metaforicamente a interseccionalidade:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 7).

Se, por um lado a sobreposição de identidades discriminadas leva ao desempoderamento, por outro, a partir dos anos 1990, as mulheres negras começam a reivindicar seu espaço no movimento feminista e nesse mesmo período surge a discussão de classe. As diferenças intergrupais são muito importantes porque são facetas que dizem respeito a diversos pertencimentos que uma pessoa ou grupo de pessoas tem e reconhecem ter. Esses pertencimentos definem identidades. Uma mulher pobre não tem a mesma experiência de vida que uma

mulher branca de classe média. Esta pode ser discriminada por gênero, mas não sabe o que é sofrer aporofobia<sup>4</sup> ou racismo, não sabe o que é viver na pobreza ou perder um emprego pela cor da pele. Uma mulher pobre e negra não tem a mesma identidade que uma mulher negra e de classe média. As duas sabem o que é o racismo, embora a mulher negra e pobre com certeza conhecerá a face mais perversa do racismo. Mais distante ainda de uma mulher branca de classe média estará, por exemplo, uma mulher negra, pobre e lésbica e mais ainda uma transexual. Cada sobreposição de discriminação deve ser considerada pela política pública assim como pelo próprio movimento feminista e da classe trabalhadora como um todo no sentido da busca pela libertação humana.

### Uma escrita que liberta

A escrita criativa tem sido utilizada comumente na Literatura e de uma maneira eficiente na formação para escritores, para facilitar a aprendizagem e favorecer os processos de letramento nas escolas ou como fonte de acesso aos processos psicológicos, que denominam como escrita criativa terapêutica.

De acordo com Condemarín & Chadwick, citados por Fernandes (2015, p. 32), “o termo escrita criativa tem a sua maior ênfase nas composições imaginativas, elaboradas com base na fantasia ou na experiência” e para Barbeiro, citado pela mesma autora, à página 33, “a criatividade constitui-se como propriedade do indivíduo podendo ser desenvolvida e utilizada como instrumento de descoberta, de resolução de problemas e de autoafirmação”.

No mesmo trabalho, Fernandes (2015) busca Vygotsky para entender por que os/as adultos/as têm mais facilidade de criar do que as crianças. As pessoas

---

<sup>4</sup> Aporofobia, neologismo denominado pela filósofa Adela Cortina para conceituar o preconceito à pobreza, ou rechaço aos pobres. O termo foi recentemente reconhecido pela Academia Espanhola de Letras, passando a integrar o dicionário da língua espanhola em 2016 quando foi eleito o termo do ano na Espanha.

adultas trazem imagens e representações que são derivadas de suas experiências complexas, de inúmeras vivências que se inter-relacionam e despontam como reflexos de diversos contextos.

Nós adotamos essa compreensão de escrita criativa como uma habilidade autônoma e fortalecedora, que também pode ser estimulada e mediada, e que pode aparecer de acordo com o ambiente e tem afinidade com outras áreas do saber. Associamos essa concepção a nossa experiência como educadoras de crianças e adultos/as e pensamos uma dinâmica para sensibilizar as mulheres que são acolhidas na Casa Frida, a se reconhecerem capazes de ressignificar suas experiências traumáticas e se colocarem em situação de resistência à dominação, à exclusão, ao preconceito e à violência imposta pela sociedade às mulheres pobres. A dinâmica proposta e sua sequência simples de atividades visou à reflexão num ambiente de carinho e acolhimento para que todas se sentissem validadas no seio do grupo e fortalecidas para enfrentar os desafios que se impõem às condições de pobreza e desigualdade. O fortalecimento se fazia necessário até para enfrentar suas próprias lembranças, recordar e escrever sobre suas memórias, pois a escrita pode libertar o “eu” aprisionado pelo círculo da violência.

A metodologia da escrita criativa foi capaz de discutir e organizar as narrativas das mulheres que participaram do Projeto Interventivo. Quando uma pessoa reconhece e entende a fase pela qual passa, se prepara para as próximas fases dessa vida. A intervenção trouxe a problematização sobre concepções meios de vida e empoderamento feminino. Quem se reconhece na história de violência na perspectiva de sua superação pode ser protagonista, pois em geral, mulheres que sofrem violências físicas/psicológicas/emocionais/sociais ocupam um papel de coadjuvantes, tendo os agressores uma representação proeminente. E a Casa Frida exerce essa função social e feminista de colocar as mulheres no centro do protagonismo de suas vidas como personagens principais, sujeitas de sua história.

A intervenção contou com 6 pessoas do sexo feminino, sendo 4 adultas e 2 crianças, conforme proposta da casa de público feminino. Foi aplicada a

metodologia prevista e houve uma resposta das participantes muito favorável em todos os momentos. Iniciou-se com alguns exercícios de aquecimento e depois foi formada uma roda na qual cada participante se apresentou. O grupo foi organizado em círculo e no centro havia uma cesta contendo alguns lenços, duas bonecas negras e um ursinho branco, e cada participante – uma por vez - escolheu entre os objetos e falou sobre alguma experiência ou que sentidos, sentimentos e recordações o objeto escolhido ou o próprio cenário despertou. A base metodológica foi a roda de conversa, o contar e ouvir histórias criativas a partir de estímulos, no caso, o cenário com lenços e bonecos, que orientam os sentidos para a memória e sentimentos. O círculo cria um fluxo de olhares que irradia energia, vibrações, sentimentos de cada uma a todas e de todas a cada uma. É muito difícil conter emoções no círculo, elas fluem, circulam. E foi exatamente isso que aconteceu. E as falas foram surpreendentes, espontâneas, reveladoras de emoções, algumas profundas e dolorosas. Surpreendeu-nos também positivamente a fala de uma criança de 9 anos pela sua consciência em relação a sua negritude, sua condição racial, os preconceitos que enfrenta, sua postura ativa e determinada para se auto afirmar contra o racismo, pelo seu direito de jogar futebol, de usar seu cabelo black e ser feliz.

Depois do relato oral, cada participante fez um registro escrito das memórias apresentadas no grupo. Quando as participantes concluíram seu texto individualmente, retornou-se ao grupo para a apresentação dos textos individuais, de onde foram destacadas as palavras significativas. Essas palavras escolhidas por elas foram escritas no papel pardo previamente afixado na parede da sala. A partir das palavras, o grupo construiu frases e passou a escrevê-las e a reescrevê-las, conforme a orientação de todo o grupo. Foi uma parte muito dinâmica da intervenção, as mulheres levantavam-se e iam até os murais para escrever, contribuíam com o pensamento umas das outras, estimulavam o grupo como um todo.

O Projeto Interventivo teve 3 horas de duração e a proposta de destacar as palavras consideradas mais importantes escritas por elas foi imediatamente



aceita e surgiram palavras e expressões do cotidiano delas dentro de temas relevantes revelados durante a conversa e vivência propostas. Tiveram relevância as questões da pobreza, da violência, do gênero, do racismo e da desigualdade social, do empoderamento feminino e da importância da Casa Frida em suas vidas. Todas, em suas falas, expressaram seus agradecimentos à Casa Frida, principalmente as que estavam conhecendo o espaço naquele dia, demonstrando seu encantamento com a iniciativa.

### **Refletindo sobre a atividade: as produções escritas**

Nossas análises se pautaram em toda a atividade: nos relatos orais feitos durante todo o processo, no círculo e nas conversas informais. Quanto às produções escritas, optamos por analisar a coletiva e 2 das produções individuais, considerando o perfil de suas autoras, duas meninas, irmãs, uma de 11 e outra de 9 anos, meninas negras e pobres, vítimas de violência sexual doméstica. Consideramos ainda o fato dessas duas narrativas terem perspectivas diferenciadas. Enquanto a menina de 9 anos escreve um texto sobre sua perspectiva de futuro, a outra, descreve a violência sofrida e sua surpresa e decepção pelo fato ter ocorrido dentro da sua casa por 2 adultos da família, em ambiente onde e de quem ela esperava proteção. Segue a narrativa da menina de 11 anos:

Bom, a história que eu vou contar agora aconteceu comigo mesma.

Eu fui vítima de abusos. Isto me deixa muito triste. Eu não sei como tinha forças para ainda continuar lutando. Sofri essa violência do meu próprio avô e tio. Às vezes, nós achamos que o perigo está lá fora quando na verdade ele está dentro da nossa própria casa. No entanto acho que um dia eu vou superar isso. Só superar, porque esquecer, jamais!

Mas, às vezes, sento na minha cama e converso comigo mesma: Como meu tio e meu próprio avô que eu amava tanto puderam fazer isso comigo?

Mas, já estou fazendo tratamento e vou superar isso! É isso! Bola pra frente! Pois as pessoas que eu mais amo estão ao meu lado.

Aonde vou sinto muito medo do futuro, afinal eles criaram isso em mim e até às vezes, me sinto muito agressiva que eu apenas falo:

-Meu Deus, o que está acontecendo comigo?! (Menina de 11 anos)

O texto é simples, sintético, mas expressa objetivamente a crise e as dúvidas de criança que busca encontrar, nela mesma, respostas para a violência que sofreu: “Mas, às vezes, sento na minha cama e converso comigo mesma: Como meu tio e meu próprio avô que eu amava tanto puderam fazer isso comigo?” Essa conversa deve ser longa e com todas as mulheres, no processo de conscientização de conhecimento de nossa realidade social e cultural. Vivemos em uma sociedade machista marcada por uma cultura do estupro da violência sexual e doméstica que vitimou sua mãe e muitas mulheres de sua família. Cultura essa que está tão naturalizada que, quando sua mãe fez a denúncia do abuso, toda a família se colocou contra ela e a criança segue angustiada porque sabe que outras crianças de sua família seguem sendo abusadas ou em situação de risco. A mãe relatou que a criança sempre tinha crises nervosas ao falar do ocorrido, no entanto, ela escreveu seu texto e participou da construção do texto coletivo alegremente. Às vezes fica a impressão de que a linguagem escrita força um pouco a racionalidade ou a objetividade para a sistematização das ideias, embora não fosse exatamente essa a nossa intenção. Mas a criança optou pela narrativa e a fez de forma bem objetiva. Deixa pontuado que está se fortalecendo, fazendo tratamento e cercada das pessoas que a amam. Embora perceba suas inseguranças, como o medo do futuro e a agressividade como consequência da violência sofrida, se coloca numa perspectiva positiva de superação. Essa agressividade talvez seja mesmo um sentimento de autopreservação e necessário, uma defesa.

Quanto à menina de 9 anos, ela relatou no círculo casos de racismo que sofre na escola por usar o cabelo *black* e discriminação de gênero por gostar

de jogar futebol. Demonstrou muita articulação de ideias e consciência de sua realidade, de suas identidades e muita segurança ao se expressar.

Olá, eu sou a ...

Eu luto para dar um futuro melhor para a minha mãe e para o meu pai.

O futuro meu é ser uma juíza. A minha irmã também tem um futuro e eu tenho minha vovó, a minha mãe é a companheira dela. Essas são as pessoas que vivem como anjinhos perto de mim e eu as amo.

Essa é uma das minhas histórias. Eu tenho uma pipa de histórias lindas.

Fim. (Menina de 9 anos)

O texto é otimista, mas já de início revela a necessidade de uma criança pobre de dar um futuro melhor para a mãe e o pai. A mãe é empregada doméstica, ganha um salário mínimo e o pai é vendedor ambulante de pequenos quadros ornamentais, não tem renda fixa. Durante dois anos foram beneficiários do Programa Bolsa Família, cortado quando a mãe arrumou um emprego de carteira assinada do qual foi demitida um ano depois. Depois de um ano com faxinas, conseguiu um novo emprego com carteira assinada para ganhar um salário mínimo. Com suas vendas, o marido consegue em média R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês. Considerando-se que do valor do salário mínimo, R\$ 954,00, é retirada a contribuição previdenciária de R\$ 152,64, restando apenas R\$ 801,36 (oitocentos e um reais e trinta e seis centavos), que divididos por quatro pessoas é igual a R\$ 200,34 (duzentos reais e trinta e quatro centavos), essa família, pelo critério do Banco Mundial, está abaixo da linha da pobreza que define um rendimento de R\$ 387 (trezentos e oitenta e sete reais) por mês per capita. A criança quer assumir o que o Estado deveria assumir, em emprego, moradia, educação e saúde para sua família. “Eu luto para dar um futuro melhor para a minha mãe e para o meu pai”. E se apoia no amor e na ajuda da família.

Essa criança também foi vítima dos mesmos abusadores que sua irmã. Lutou muito para convencer a mãe a denunciar, pois os abusadores são avô e tio maternos. A mãe teve muita dificuldade em se convencer, pois em sua família a cultura do abuso e do estupro de menores é naturalizada. Ao saber do abuso, buscou apoio entre os/as familiares e foi fortemente repreendida. Tinha muito medo, de vingança, do isolamento em relação à família. A criança então levou a questão para a escola que chamou a mãe, a instruiu sobre a gravidade da situação e sua responsabilidade no caso de omissão. A mãe resolveu então fazer a denúncia. De fato, passaram muitas angústias, sofreram muita pressão de toda a família que insistia que ela estava fazendo uma “tempestade num copo d’água” E isso foi muito importante para as crianças que, além de passarem a ter atendimento psicológico da rede pública, sentiram-se amparadas e protegidas pela mãe e, mais que isso, se sentiram quebrando um círculo de abusos e violências sexuais da família, dando um exemplo de luta e coragem a ser seguido por outras mulheres da família.

A mesma dinâmica de superação esteve presente no texto coletivo que foi construído com muita alegria e disposição. O clima era de esperança e fé na força e poder que a organização pode proporcionar como apoio a todas e cada uma individualmente. Assim se construiu coletivamente um pequeno, mas muito significativo texto:

O acolhimento na Casa Frida renova as esperanças com ideias que nos tocam profundamente e nos tornam fortes para sonhar. O tempo cura e tem o nome de esperança. Não somos mais invisíveis. A agressividade, a dor, a queda, nos lembram que o fogo queima, mas também aquece. Sou grata mãezinha, voltei a ser criança! Somos todas guerreiras, precisamos lutar sem medo de tentar sermos felizes porque somos lindas, belas, pretas e ricas! (Grupo de mulheres do PI Escrita Criativa à moda Frida)

“O acolhimento na Casa Frida” dá início ao texto e expressa um sentimento de proteção quase materno que mais na frente se confirma no “obrigada

mãezinha” e “voltei a ser criança”. É o colo que toda criança ferida precisa para chorar suas dores, o carinho e proteção, “o tempo cura”, mas só cura de verdade se nesse momento de acolhimento e proteção for possível ser cuidada, resgatar suas forças, se empoderar no coletivo se reerguer para continuar a luta. Se for possível visibilizar suas dores no compartilhamento com suas iguais e reconstituição de forças, o que fica bem pontuado em “Somos todas guerreiras, precisamos lutar sem medo de sermos felizes”.

Destaca-se ainda a expressão da contradição e da resignificação da dor na afirmação “A agressividade, a dor, a queda, nos lembram que o fogo queima, mas também aquece” o que vai no sentido do lema da Casa - transformar a dor em arte e espalhar amor por toda parte. ”, pois o processo de criação e promoção de eventos de arte e cultura são atividades terapêuticas porque constituem momentos de felicidade, o que tem sido sistematicamente negado às mulheres por essa sociedade hegemonicamente machista.

E, por fim, uma autoestima totalmente empoderada, “[...] somos lindas, belas, pretas e ricas”.

## **Considerações finais**

A iniciativa de formação EPDS de profissionais das áreas de educação e assistência social no Distrito Federal através da parceria entre a SECADI - MEC com UNB, a primeira dessa magnitude na região, se coloca no momento muito oportuno em que o país vive uma grave crise econômica e política com um sério agravamento dos índices de pobreza e extrema pobreza, bem como de desemprego e desigualdades. Não poderia ser diferente, visto que o país sofreu um golpe institucional em 2016 e passou a ser conduzido por um governo sem compromisso com a agenda social. No contexto dessa formação tivemos a oportunidade de aprofundar nosso conhecimento sobre a temática da pobreza que atinge hoje mais de um quarto da população brasileira. Neste trabalho

escolhemos focar nosso olhar para a pobreza que atinge as mulheres vítimas de violência doméstica.

Como espaço de nossa intervenção, a Casa Frida, organização independente da sociedade civil é uma instituição que se caracteriza por um projeto independente de um grupo de mulheres que se organiza na perspectiva do movimento feminista focado no acolhimento cuidadoso, na sororidade, mas também na luta feminista e organização local de promoção da cultura numa perspectiva da constituição de um espaço de cidadania, cultura e visibilidade à diversidade feminina e feminista, artística e cultura da periferia. Assim Casa Frida foi entendida pelo grupo foco da intervenção como lugar de acolhimento que renova ideias e esperanças, que promove curas e que constrói coletivos que empoderam. E assim como as mulheres do grupo, deixamos aqui nosso agradecimento a essa instituição e as suas gestoras pelo acolhimento do nosso trabalho. Não poderíamos deixar de expressar ainda nosso respeito e admiração pela seriedade e compromisso com que é realizado esse trabalho com tanta convicção, determinação, dedicação, ética e princípios com que essas jovens meninas conduzem esse trabalho maravilhoso. Vida longa à Casa Frida!

A intervenção oportunizou às mulheres dar vozes as suas histórias de vida. Refletiram e registraram de forma criativa, interpretaram suas histórias sempre buscando estabelecer seus elos de identidade com seus grupos sociais de origem e com o contexto sociopolítico nacional e mundial. Por meio do domínio narrativo da linguagem do pensamento estendido, da verbalização e da produção escrita, elas puderam se apropriar da sua história, empoderando-se e dando vida a personagens reais objetivas ou fictícias que emergiram e suas subjetividades.

A intervenção oportunizou às autoras um estudo mais aprofundado da situação de violência vivenciada por grande parte das mulheres brasileiras em especial pelas mulheres pobres que em sua maioria são negras, o que fatalmente nos levou a questão da sobreposição de discriminações. Em função da conjuntura em que se deu nossa intervenção de ascensão do movimento feminista, com

forte intervenção na vida política do país e do espaço escolhido, bem como das jovens lutadoras lideranças e referências que protagonizam esse movimento feminista contemporâneo, buscamos entender um pouco dessa atualização do feminismo na perspectiva da mulher lutadora e pobre.

Esse movimento feminista contemporâneo que está nas periferias como na Casa Frida e também nos grandes centros tem ganhado repercussão nacional e tem sido expressão do principal ascenso das lutas de resistência pela democracia e pelos direitos de afirmação não só das mulheres como também dos movimentos de afirmação e reconhecimento como movimento (LGBTI+), do movimento negro entre outros. A finalização desse artigo se dá em meio ao processo eleitoral 2018, no qual há uma forte polarização na discussão política, como nunca visto antes no país e as mulheres estão no centro desse debate.

Ao mesmo tempo cresce em todo o país a violência contra a mulher, os casos de feminicídios, cresce também a candidatura mais votada no primeiro turno de um homem branco, heterossexual, que fala em nome de Deus e assim se acha com poderes supremos para depreciar publicamente mulheres, negros/as e homossexuais, afirma que mulheres devem ganhar menos porque engravidam, por exemplo. No contexto de alarmante crescimento dos crimes por homofobia<sup>5</sup>, defende violência física contra LGBTI+s. Além disso, faz uma forte campanha contra uma educação inclusiva, para a diversidade, para o respeito a todas as diferenças e propõe o projeto excludente chamado “escola sem partido”<sup>6</sup>, o qual

<sup>5</sup> Homofobia - O termo homofobia, criado para significar tão somente medo, aversão e ódio à pessoa homossexual, passou a significar, mais modernamente, quaisquer atos de discriminação contra o homossexual ou contra a homossexualidade. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homofobia-conceito-etimologia-da-palavra-e-consequencias-do-ato/> Acesso em: 9 out. 2018. Em 2017, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) foram mortos em crimes motivados por homofobia. O número representa uma vítima a cada 19 horas. O dado está em levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em> Acesso em: 19 out. 2018.

<sup>6</sup> O Projeto escola sem partido é um Anteprojeto de Lei que propõe aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o impedimento de qualquer abordagem

impede qualquer tipo de discussão política crítica ou sobre qualquer aspecto da realidade social e política ou de gênero em sala de aula. Essa candidatura, por se apoiar em valores morais e religiosos conservadores, acabou arregimentando grande apoio popular de setores conservadores da população.

Em resposta a essa candidatura criticada como neofascista pelos movimentos sociais por pregar o ódio às diferenças e aos adversários, os diferentes setores do movimento de mulheres não tardaram em se organizar em uma forte campanha nacional que começou na internet e logo ganhou as ruas. Todas contra o “que foi denominado de “coiso” #Elenão. A página do Facebook só de mulheres atingiu em poucos dias a marca de 3 milhões de adesão. Foi atacada várias vezes por *rackers*, mas ainda assim conseguiu organizar durante duas semanas atos estendidos pelo país, precisamente em 114 cidades que reuniram centenas de milhares de pessoas nas maiores manifestações que o país viu nos últimos anos. Com certeza as maiores manifestações lideradas pelo movimento feminista. A principal palavra de ordem “#Elenão” expressava um sentimento de rejeição às posturas machistas, misóginas, racistas, homofóbicas e de apologia à violência. O movimento feminista em expressão de sororidade internacional organizou grandes manifestações em várias cidades do mundo como Nova York, Barcelona, Lisboa, Cidade do México, Londres e Paris.

Foi uma bela demonstração de que o movimento feminista e as mulheres não estão dispostos a aceitarem ataques as suas vidas e as suas conquistas e que entendem que um presidente do país que não respeite e valorize as mulheres e a diversidade de gênero, de raça, de sexualidade está ressuscitando o nazismo e o fascismo e isso representaria um enorme retrocesso para toda humanidade e para os direitos humanos. Assim as mulheres demonstraram, em um movimento

---

de gênero ou sexual, política, ideológica, ou religiosa e propõe a fiscalização de professores por pais de alunos. Disponível em: <https://www.programaescolasepartido.org/pl-federal> Acesso em: 5 de novembro de 2018. Sobre o tema ver FRIGOTO, Gaudêncio (Org). Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. UERJ, 2017. 146 P.



forte pluripartidário e que prega o amor para combater o ódio e a violência, que estão dispostas a resistir, lutar, a se empoderar e juntas se fortalecerem, assim como diz o texto coletivo produzido na oficina aqui descrita: Somos todas guerreiras, precisamos lutar sem medo de tentar sermos felizes porque somos lindas, belas, pretas e ricas!

Todos esses eventos tanto a nível nacional quanto local, a resistência ao autoritarismo expresso no processo eleitoral, a luta em defesa da democracia que teve como vanguarda o movimento feminista, as ações de acolhimento e ações promovidas pela Casa Frida, nos dizem algo importante. Assim como a expressão de reconhecimento e disposição de resistência, afirmação e luta das mulheres participantes da oficina aqui analisada reafirmam nossa certeza de que a construção da justiça social, o combate à pobreza e as desigualdades sociais não pode prescindir da ação amorosa e assertiva das mulheres autodeterminadas.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzales. Pobreza, desigualdades e educação. Módulo Introdutório. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília, DF: MEC, 2015a. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 2 set. 2018.

CORTINA, Adela Orts. **El rechazo al pobre: un desafío para la democracia**. Paidós

Espasa Libros, S.L.U, Barcelona, España, 2017. 185 p.

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO IBGE Disponível em: -[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf) Acesso em 14 de outubro de 2018

FERNANDES, S.R.R. **A escrita Criativa: orientação e apoio**. Dissertação de Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. 2015 Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10442/1/Relat%C3%B3rio%20do%20Projeto%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o-Sara%20Fernandes%20%28vers%C3%A3o%20definitiva%29.pdf> Acesso em: 1 de outubro 2018.

FRIGOTO, Gaudêncio (Org). **Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. UERJ, 2017. 146 p.

GOMES, Michele Cristina Ramos. **Sororidade, Substantivo Feminino: Reflexões Linguísticas e Sociais Sobre Abordagens do Feminismo no Jornal O Globo**, Juiz de Fora, 2017. 160 p. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppglinguistica/files/2009/12/GOMES-Michele-Cristina-Ramos-.pdf> Acesso em 05 de novembro de 2018

IBGE-<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes>

RELATÓRIO: A DISTÂNCIA QUE NOS UNE. OXFAN Disponível em: [file:///D:/EPDS%20Livro/Artigo%20Casa%20Frida/relatorio\\_a\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](file:///D:/EPDS%20Livro/Artigo%20Casa%20Frida/relatorio_a_distancia_que_nos_une.pdf) Acesso em 30/09

EBC <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/brasil-bate-recorde-de-mortes-violentas-em-2017>

G1 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/lei-maria-da-penha-84-agressoes-foram-registradas-no-df-em-2018.ghtml> Acesso em 30/09/2018

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF – SSPDF [http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/estatstica-012\\_2018-feminicidio-no-df\\_jan\\_dez-2016\\_17.compressed.pdf](http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/estatstica-012_2018-feminicidio-no-df_jan_dez-2016_17.compressed.pdf) Acesso em 01/10/2018

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF- SSPDF [http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/estatstica-013\\_2018-lei-maria-da-penha-no-df-jan\\_dez\\_2017.compressed.pdf](http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/estatstica-013_2018-lei-maria-da-penha-no-df-jan_dez_2017.compressed.pdf) Acesso em 01/10/2018

SEDESTMIDH <http://www.mulher.df.gov.br/sedestmidh/> Acesso 01/10/2018

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. (In) **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: *Educação & Realidade*, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (*Les Cahiers du Grif*, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira LopesLouro

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.